

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	10
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	12
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	13
10.5 - Políticas contábeis críticas	14
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	21
10.8 - Plano de Negócios	22
10.9 - Outros fatores com influência relevante	23

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia implantou uma Política de Gestão de Riscos, que estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de Gestão de Riscos Corporativos da CRT, aderente a Política estabelecida pela Invepar, com as adaptações necessárias ao cumprimento do contrato de concessão e ao modelo de governança da CRT.

Esta Política busca possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos operacionais, de mercado, de liquidez, de crédito, de imagem e socioambientais.

A Política de Gestão de Riscos tem os seguintes documentos com referência:

- Acordo de Acionistas e Atas de Delegação de Competências;
- Estatuto Social da CRT;
- Código de Ética e Conduta da CRT;
- Política de Gestão de Riscos Financeiros da Invepar;
- ISO 31000, Risk Management – Principles and guidelines;
- ABNT, norma
- COSO Updated, Internal Control – Integrated Framework – 2013;
- COSO, Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada: Técnicas de Aplicação – 2007; e
- IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos - 2007.

A Política de Gestão de Riscos aplica-se a todos os colaboradores e administradores estatutários, independente de cargo, função ou responsabilidade, que direta ou indiretamente participem da gestão de riscos da Empresa.

Também estão definidos os diversos tipos de riscos associados aos diferentes eventos que possam afetar negativamente a realização dos objetivos da empresa ou de seus processos, assim como as diretrizes e as responsabilidades de cada nível da organização, incluindo desde o Conselho de Administração e a diretoria até os colaboradores.

Em complemento à Política em referência, a Norma de Gestão de Riscos, tem a finalidade de traçar as normas e regras garantindo a identificação, a classificação e a avaliação do grau de riscos, e sua gestão eficiente, apoiando a Diretoria no processo de tomada de decisão com foco no alcance dos objetivos corporativos definidos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, a Companhia não atua no mercado de derivativos e sua Política é de maximização do pagamento de dividendos e da remuneração das debêntures, concentrando suas aplicações o curto prazo, em papéis de pouco risco, não realizando operações de Hedge.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O programa anual de Auditoria Interna e os respectivos relatórios e recomendações decorrentes somadas as recomendações dos auditores externos, contribuem para o aperfeiçoamento contínuo de sistema de controle interno da CRT.

Dentre as principais recomendações proposta, já em fase de implementação, pelos auditores citados acima, destacamos:

- a) Formalização/atualização da Política de compras
- b) Revisão e formalização da Política de senhas de acesso no ambiente de tecnologia da informação (ERP).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

O Sistema de Controle Interno da Companhia foi desenvolvido e inspirado nos princípios previstos no “*The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*” e no “*Control Objectives for Information and related Technology (COBIT)*” e apoiados pelas regras de Governança Corporativa da CRT, representadas pelos documentos :

- Acordo de Acionistas e Atas de Delegação de Competências;
- Estatuto Social da CRT;
- Escritura de Emissão das Debêntures;
- Código de Ética e Conduta da CRT;

Dentre as Principais Políticas que compõem o sistema de Controle Interno da CRT, destacamos:

- Política de Gestão de Riscos;
- Política de Compras;
- Política de Pagamentos;
- Política de Tecnologia da Informação;
- Política de Recursos Humanos;
- Plano de Contingência;

Com investimentos regulares em Tecnologia da Informação, a companhia dispõe de sistema integrado de informação ERP (***Enterprise Resource Planning***) **TOTVS DATASUL**, responsável por gerenciar as operações diárias incluindo faturamento, contas a receber, compras, contratos, contas a pagar, gestão de estoques, apuração de impostos, investimentos, folha de pagamento e gestão de pessoal, fluxo de caixa, contabilidade, apuração do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras.

O sistema de arrecadação **TECSIDEL**, totalmente integrado ao ERP, garante a confiabilidade na apuração e registro da cobrança de pedágio nas pistas manuais e automáticas, tendo todas as transações validadas diariamente pelo centro de controle da arrecadação (CCA) e segregadas da área de arrecadação.

A gestão e operação da rodovia é apoiada por moderno sistema de gerenciamento instalado no Centro Controle Operacional (CCO) que em conjunto com o Centro de Atendimento ao Usuário (CAU) permite a este segurança e conforto na utilização da rodovia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que sua atual estrutura financeira e patrimonial é suficiente para desenvolver as atividades estabelecidas no contrato que regula a concessão. O atual perfil patrimonial da Companhia é adequado para cumprir suas obrigações de curto prazo, lhe fornecendo plenas condições de lidar com as dívidas de médio prazo, bem como de contratar novos endividamentos no mercado que sejam necessários para a execução de suas atividades.

Todas as operações da Companhia são realizadas no Brasil, razão pela qual seus resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do Brasil, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Diretoria entende que adota uma política financeira conservadora em seus níveis de alavancagem, sem exposição dos níveis da composição atual. A companhia teve seu rating elevado em outubro de 2016 de 'AA (bra)' para 'AA+(bra)' com perspectiva positiva, pela agência classificadora de risco "Fitch Ratings", o que corrobora nosso baixo grau de exposição.

Quanto ao resgate de ações, a companhia não possui ações resgatáveis e/ou em circulação e nem previsão de realização de tal evento, nos termos do estatuto em vigor.

Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, o nosso fluxo de caixa e nossa posição de liquidez, bem como os projetos em implantação, acreditamos ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível assegurar que tais condições manter-se-ão inalteradas ao longo do tempo. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los atualmente.

Caso seja necessária a cobertura de deficiência de liquidez, a Companhia fará uso de linhas de crédito oferecidas pelos seus bancos de relacionamento, bem como da emissão de instrumentos de dívida tais como notas promissórias ou debêntures. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 2015, a Companhia revisou a estratégia em relação à de 2014, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0,20 e 1,00.

Os índices de alavancagem financeira em, 31 de dezembro de 2015 e, em 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Debêntures (Nota 18)	12.953	13.686
Total dos empréstimos (Nota 14)	60.086	69.656
Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	<u>(21.306)</u>	<u>(26.706)</u>
Dívida líquida	51.733	56.636
Total do patrimônio líquido	<u>162.490</u>	<u>156.347</u>
Total do capital	<u>214.223</u>	<u>212.983</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,24</u>	<u>0,27</u>

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia mantém linhas de crédito pré-aprovadas com as principais instituições financeiras do País, para eventual necessidade de capital de giro emergencial.

Empréstimos e Financiamentos (em R\$ mil)

Com relação aos níveis de endividamento, a companhia possui financiamento de longo prazo obtido junto ao BNDES para financiar as obras na rodovia, cujas condições são descritas a seguir:

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	Curto	Longo	Curto	Longo
	Prazo	Prazo	Prazo	Prazo
BNDES	<u>21.954</u>	<u>38.132</u>	<u>15.078</u>	<u>54.578</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	2015	2014
2017	18.389	36.690*
2018	18.644	16.793
2019	1.099	1.095
Total Longo Prazo	38.132	54.578

(*) inclui R\$ 19.933 referente ao ano de 2016.

Grau de subordinação entre as dívidas.

Não há nenhum tipo de subordinação entre as dívidas existentes.

Eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos acima possuem as seguintes garantias:

- i. Cartas de fianças emitidas pelo Bradesco S.A. com vencimentos em 22 de agosto de 2013, substituída por novas cartas de fianças, cujos vencimentos ocorrerão em 10 de abril de 2016;
- ii. Nota Promissória emitida pelo Banco ABC Brasil S.A com vencimento à vista e prazo de apresentação para pagamento de até 08 (oito) anos contados da data de sua emissão em 20/08/2012;

Cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor correspondente a 3 (três) PMT's e penhor de 15,37%, das ações da Concessionária em poder dos seguintes intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, Queiroz Galvão Logística S/A e a Road Participações em Concessionárias LTDA que em agosto de 2016, sucedeu a STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A.

O contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito a cláusulas restritivas. As principais resumidas são:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da companhia. Ficam excluídos do cálculo a que se refere esta cláusula os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária; ao saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato; à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático; à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- IV – Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente a data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.

A CRT comprovou a inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, conforme critério do BNDES pudesse comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.

Os financiamentos obtidos junto ao BNDES têm sua liberação à medida que a companhia comprova os pagamentos realizados aos fornecedores e da apresentação do cronograma físico-financeiro realizado e previsto.

Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 2009 obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até setembro de 2019 é de R\$ 16,5M.

Em 2012 realizamos o financiamento da construção da Balança Fixa localizada no Km 131 e de parte da Ampliação da Capacidade da Subida da Serra (Trecho 2B), através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A., no valor de R\$ 9,5M. Em junho de 2013 finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até setembro de 2017 é de R\$ 5,5M.

Em 2013 obtivemos financiamento junto ao BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2014, com destaque para construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, no valor de R\$ 52.7M. Deste montante, já foram liberados R\$ 41,8M.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 – Resultado Operacional e Financeiro****a) Resultados da Operação da Companhia**

(i) Descrição dos componentes importantes da receita:

A receita operacional bruta da companhia é composta principalmente pela receita de pedágio, que correspondeu em 2015 a 99,4% do faturamento total, excluindo a receita da construção e provisões. As demais receitas (0,6%) foram obtidas por meio de direito de uso da faixa de domínio.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- Pelo terceiro ano consecutivo, não houve reajuste da tarifa básica de pedágio. A ANTT já havia reconhecido através da Resolução nº 241 de 29/08/2014, o desequilíbrio do contrato de concessão da CRT, provocado pelos anos sem reajuste de tarifa, pela não implantação da praça de pedágio de PN3 no km 14 e pela suspensão da praça de pedágio de PN2 no km 71.
- A Lei dos Caminhoneiros¹ - nº 13.103, sancionada no início de março e que passou a vigorar no dia 17/04/2015, determinou a isenção de pedágio para cada eixo suspenso de veículos que circulassem vazios. Tal medida impactou diretamente o faturamento da companhia, já que cerca de 300 mil eixos suspensos deixaram de ser cobrados em 2015, gerando uma redução no faturamento da CRT da ordem de R\$ 4M.
- O tráfego de 2015 foi fortemente impactado pelo cenário econômico do ano, que apresentou redução da produção industrial, aumento da taxa de desemprego e por consequência queda de consumo.
- Em 15/10/2015, a CRT atendendo a decisão judicial e a ANTT, fechou o retorno que existia em frente à praça de pedágio de PN1. Tal medida melhorou a segurança da rodovia e contribuiu para o aumento do número de veículos leves pedagiados, a partir do desconto de 50% na tarifa de pedágio concedido aos moradores de alguns bairros próximo à praça de pedágio que se qualificaram para obter o referido desconto.

¹ Lei dos Caminhoneiros - nº 13.103 - Art. 17. Os veículos de transporte de cargas que circularem vazios não pagarão taxas de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O número de veículos equivalentes² pedagiados em 2015 foi de 16,3 milhões, em 2014 16,9 milhões e em 2013 15,9 milhões. O tráfego de 2015 apresentou queda de 3,3% em relação a 2014 devido a crise econômica vivida pelo país ao longo do ano e ao início da vigência da Lei dos Caminhoneiros em 17/04/2015.

A receita operacional bruta, excluída receita da construção e provisões, de 2015 foi de R\$ 195,9 milhões, em 2014 de R\$ 202,4 milhões e em 2013 de R\$ 191,1 milhões.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Os principais fatores que afetam o faturamento da companhia são: (i) taxa de inflação (IPCA) que é o indexador usado para o reajuste da tarifa básica; (ii) evolução da economia regional e nacional; e (iii) o calendário anual, que reflete a quantidade de dias úteis e feriados ao longo do ano.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Principais indexadores:

IPCA: a receita operacional da companhia e a maior parte dos custos são reajustados por este indexador, a companhia não opera com derivativos;

CDI: todas as aplicações financeiras da companhia são remuneradas por este índice;

TJLP: 78% da dívida da companhia, constituída por meio de financiamento junto ao BNDES, é atualizada pela TJLP;

UMBNDDES: este indexador é utilizado para atualizar 4% da dívida da companhia, também constituída de financiamento junto ao BNDES.

Outros: 18% do endividamento da companhia é composto por debêntures, que são remuneradas através de participação no resultado, em conjunto e simultaneamente com os acionistas.

² Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Os administradores não esperam a ocorrência de eventos capazes de produzirem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras. Informamos, ainda, que: i) Não ocorreram alienações de segmento operacional; ii) Não houve constituição ou alienação de participação societária; iii) Não ocorreram operações não usuais e, iv) Em setembro/2013, devido as diversas manifestações populares ocorridas em todo país, a ANTT, a exemplo de outras agências reguladoras, decidiu pelo reajuste zero da tarifa básica de pedágio naquele ano, e manteve o valor da tarifa básica em 2014 e em 2015 sem concessão de reajuste; v) A adoção da lei dos caminhoneiros lei 13.103 de 02 de março de 2015 gerou significativo impacto na receita de pedágio da companhia, que deverá ser reequilibrado na tarifa de pedágio de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A ANTT está estudando o assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Em 2015 não houve mudança nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, sendo que as mesmas políticas e práticas contábeis vêm sendo aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013. A Companhia elabora suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

b) Não houve ressalvas do Auditor, tendo a Companhia atendida a legislação vigente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Bases de preparação e apresentação das informações anuais

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico, possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

Dentre as políticas contábeis mais relevantes, destacamos as seguintes:

1. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

1.1. Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

1.2. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados à infraestrutura da concessão classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

1.3. Provisão para manutenção

A Companhia provisiona, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações anuais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável.

3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

4. Valor justo de instrumentos financeiros

4.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.2. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a) A companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. Anualmente são realizados investimentos para evolução das ferramentas de controle, tendo, a companhia, adquirido em 2007 um sistema integrado de informações (ERP) com previsão de implantação completa em 2014.
- b) Não foram apontadas pelo auditor externo no decorrer da execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras, recomendações relevantes sobre o sistema de controle interno vigente.
- c) Sistema de Arrecadação – Controles Internos.

O sistema de arrecadação da CRT se baseia nos princípios de controles internos e segregação de responsabilidades.

c.1) Controle de acesso

- Possui funcionalidades específicas e cada usuário possui seu login e senha própria e intransferíveis.

Arrecadador - pode arrecadar e lançar seu numerário no final do turno.

Supervisor - permite emissão de relatórios para prestação de contas do arrecadador.

Auditor - permite a correção de transações dos arrecadadores através de imagens associadas.

c.2) Arquitetura

O sistema está dividido em três níveis: Nível 1 - Também chamado de nível de pista é composto pelo software TTPLUS e periféricos de automação comercial, para registro, classificação e detecção de imagens dos veículos passantes.

Nível 2 – Nível de supervisão, permite ao supervisor da praça de pedágio visualizar os status das cabines (online/off-line) e os funcionamentos dos periféricos de pista.

Backoffice – O nível gerencial possibilita a emissão dos relatórios de acompanhamento e controle de arrecadação, além das análises por imagens de transações das pistas pelo setor de auditoria. O novo sistema de integração com ERP está em fase de homologação, possibilitando a exportação do faturamento para processamento e contabilização da receita.

c.3) Operações

A área de operação controla o sistema nos níveis 1, 2 (operacional) onde ocorrem os processos de classificação de veículos, registro de numerários, preparação e de envio de malotes para o banco.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**c.4) Administração das contas a receber**

O setor financeiro também controla, via sistema, as contas a receber gerado pelos processos de meio eletrônico de pagamentos, Sem Parar, Conectar, Passe Expresso e Auto Expresso.

c.5) Auditoria de transações

O sistema tem como característica fundamental a segregação de responsabilidades. O setor de auditoria é responsável pelos processos de correções de transações através de imagens geradas pelo sistema.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não aplicável tendo em vista que a CRT não realizou nenhuma oferta pública no período coberto pelos últimos três exercícios sociais e tampouco no exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não mantemos e não mantivemos quaisquer operações, contratos e/ou obrigações que não estejam ou não foram divulgadas no conteúdo de nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Comentários não pertinentes, tendo em vista a inexistência de operações, contratos e/ou obrigações, como informado no item 10.8 desse formulário.